



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

PORTARIA PRPA Nº 102, DE 16 DE MAIO DE 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 127 e 129 da Constituição da República, pelo art. 6º, VII, 7º e 8º da [Lei Complementar 75/93](#);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), "O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil.", o qual "não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico." (art. 9º, caput e parágrafo único);

CONSIDERANDO a comunicação encaminhada pela Vara Agrária de Castanhal do Tribunal de Justiça do Pará com escopo de informar a Decisão de ID. 87545814 nos autos do Proc. nº 0000884-43.2014.8.14.007, tendo como requeinte IZABEL DA CRUZ NOGUEIRA em face do requerido ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PARAÍSO que encaminhou os autos à Justiça Federal.

Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o seguinte objeto: acompanhar a reintegração de posse dos Proc. nº 0000884-43.2014.8.14.007, tendo como requeinte IZABEL DA CRUZ NOGUEIRA em face do requerido ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PARAÍSO,

Nomear os servidores que estão lotados na Secretaria do 13º Ofício desta Procuradoria da República para secretariarem o presente feito, os quais, por serem servidores públicos do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso;

Determinar, como providências preliminares, as seguintes:

Registre-se e instaure-se procedimento administrativo;

Junte-se aos presentes autos, cópias do nº 0000884-43.2014.8.14.007.

Cumpra-se

ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA DINIZ

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 26 maio. 2023. Caderno Extrajudicial, p. 10.](#)

MPF
Ministério Público Federal